



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0004958-73.2011.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN
REQUERENTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE DE ENTREGA DE SALA DESTINADA À OAB. ART. 7º, § 4º, DA LEI ORDINÁRIA Nº 8.906/94.

- A Lei Federal nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, traz em seu artigo 7º, § 4º, a previsão da instalação das salas especiais para os advogados nos fóruns.

- Ressalta-se que a atuação profissional dos advogados é indispensável à administração da Justiça, conforme previsão constitucional (art. 133), e, conseqüentemente, não há como aceitar-se que a prestação jurisdicional seja eficiente quando um de seus pilares encontra-se prejudicado.

- **Pedido julgado procedente** para determinar ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que promova a imediata entrega de sala no novo Fórum Regional da Leopoldina, Comarca da Capital - RJ, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro, dentro dos moldes estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, na Resolução nº 426/2010, da Resolução nº 35/2011 do TJRJ e nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.906/94.

Vistos,

Trata-se de procedimento de controle administrativo, instaurado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro, em face do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em que pretende liminarmente seja determinado ao requerido que permita a ocupação plena, pela OAB/RJ, de sala a ela destinada no novo Fórum Regional da Leopoldina, Comarca da Capital.

Inicia destacando o art. 7º, § 4º, da Lei Federal nº 8.906/94, o qual, segundo afirma, assegura a disponibilização de uma sala para o uso da OAB e dos advogados em todas as repartições judiciárias e policiais.

Alega que o TJRJ descumpriu a referida norma porque, em 14/07/11, enviou ofício à Superintendência da OAB/RJ indagando acerca do interesse em utilizar sala no novo Fórum Regional da Leopoldina, tendo sido afirmativa a resposta da requerente; entretanto, conforme esta informa, mesmo iniciada a caracterização da sala para a OAB/RJ, semanas depois foi impedida de instalar seus equipamentos por haver ordens expressas da Presidência do Tribunal nesse sentido.

Aduz que tomou conhecimento de e-mail, enviado em 14/09/11 pela Diretoria Geral de Logística do TJRJ, com os dizeres “*A OAB não pode entrar no prédio por Determinação Superior*”, o que demonstraria que o Tribunal requerido desrespeitou frontalmente a Lei Federal, de maneira injustificada.

Ressaltando o que seria um “*prejuízo para os advogados e jurisdicionados*”, devido à falta de estrutura para que os primeiros pratiquem atos processuais no Fórum Regional da Leopoldina, requer, liminarmente, que se determine ao TJRJ que permita a ocupação e utilização plenas da sala referida no Ofício enviado à OAB/RJ no dia 14/07/11, com a instalação de todos os equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Instado a manifestar-se, o Tribunal requerido informa que o uso da sala pela OAB/RJ, no referido Fórum, depende também de aprovação da Administração Superior do Tribunal, tendo sido encaminhado à Presidência o termo de permissão, o qual se encontra ainda em análise quanto à melhor forma de materialização junto à

Administração. Acrescenta que o Tribunal está analisando se a destinação de sala para a OAB dar-se-á por meio de permissão de uso ou de outra forma.

Afirma que não há razão que justifique a interferência do CNJ, porquanto haja ausência de ilegalidade nos atos do requerido e a requerente deveria primeiro ter esgotado as vias ordinárias administrativas no próprio Tribunal, para depois acionar este Conselho

Alega que não está descumprindo o art. 7º, § 4º, da Lei Federal nº 8.906/94, pois na ADIN 1.127-8 foi claro o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que “[...] *o controle das salas especiais para advogados é prerrogativa da Administração Forense.*”, adscrevendo que a questão trata-se, portanto, de autogerenciamento do Tribunal e que a atuação no CNJ neste caso iria interferir na autonomia do Tribunal.

Assevera que pretende resolver através de negociação a forma de disponibilização da sala especial aos advogados, mas que se a OAB não tiver interesse nessa solução, a sala poderá ser implementada imediatamente em moldes similares a Resolução nº 360/2008 do STF.

Por fim, pede pelo indeferimento do pedido.

Em despacho proferido no evento nº 13 dos autos do procedimento eletrônico, solicitei, em virtude da manifesta vontade do Tribunal requerido de solucionar célere e amigavelmente a questão, que a OAB/RJ procurasse a Presidência do TJRJ para que de forma amigável assinassem o termo de uso da sala destinada aos advogados com o intuito de que não reste prejuízo ao jurisdicionado e aos advogados que lá militam.

Em petição avulsa, a requerente afirma que o Tribunal requerido não havia informado à OAB/RJ o motivo do impedimento do uso da sala e que a discussão acerca da forma do ato não pode prejudicar a atuação dos advogados da região, de forma que oficiou a Presidência, no dia 23/09/11, requerendo o envio imediato da minuta do instrumento apto a permitir a plena utilização da sala dos advogados no Fórum da Leopoldina. Conclui por entender a ausência de necessidade de reiterar o pedido de liminar da inicial.

Novamente em petição avulsa, a OAB/RJ informa que, transcorrido o prazo de 11 (onze) dias desde o envio do ofício supracitado, não houve qualquer manifestação do Tribunal. Em virtude da conduta do Tribunal requerido, reitera o pedido de liminar declinado na petição inicial, para que se determine ao TJ-RJ que permita a imediata instalação e funcionamento da sala dos advogados no Fórum Regional da Leopoldina.

Em nova manifestação o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro relata ter editado a Resolução TJ/OE nº 27/2011, que estabelece parâmetros para a cessão de salas nos fóruns para uso d OAB e dos advogados. Informa que as minutas para a formalização da cessão de diversas salas, incluindo-se a do Fórum de Leopoldina, foram enviadas à OAB/RJ para assinatura.

Ocorre que a requerente entendeu que a Resolução citada representa ingerência indevida do Tribunal no uso da sala especial pela OAB, razão pela qual ajuizou novo PCA impugnando os termos da mesma.

Tal procedimento obteve a concessão de medida liminar, em que o Relator Conselheiro Silvio Rocha, suspendeu a eficácia dos artigos 3º, 4º, 6º, incisos II, III, IV, V e VI e art. 9º, inciso VIII da Resolução nº 27/2011.

É, em síntese, o relatório.

VOTO:

A questão ora enfrentada expõe situação em que havia aparente conflito entre as partes, OAB/RJ e TJRJ, no que tange à utilização de sala destinada aos advogados no Fórum Regional da Leopoldina, Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Ocorre que, após diversas manifestações de ambas as partes, sobreveio a edição da Resolução TJ/OE nº 27/2011, por meio da qual o Tribunal requerido regulamentou a utilização das salas especiais permanentes destinadas aos advogados.

No regramento mencionado, uma série de restrições foi detalhada, desde as que tratam do ingresso nas referidas salas até a vedação à utilização de máquinas reprográficas ou ainda ao acesso de serviços de mensagens eletrônicas.

A Lei Federal nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, traz em seu artigo 7º, § 4º, a previsão da instalação das salas especiais para os advogados nos fóruns:

Art. 7º São direitos do advogado:

[...]

§ 4º O Poder Judiciário e o Poder Executivo devem instalar, em todos os juizados, fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios, salas especiais permanentes para os advogados, com uso assegurado à OAB.

Por ocasião do julgamento da ADIN 1.127-8, o Supremo Tribunal Federal entendeu, por votação majoritária, declarou a inconstitucionalidade da expressão “e controle”, contida no § 4º, do artigo 7º:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. DISPOSITIVOS IMPUGNADOS PELA AMB. PREJUDICADO O PEDIDO QUANTO À EXPRESSÃO “JUIZADOS ESPECIAIS”, EM RAZÃO DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI 9.099/1995. AÇÃO DIRETA CONHECIDA EM PARTE E, NESSA PARTE, JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

[...]

X - O controle das salas especiais para advogados é prerrogativa da Administração forense.

(ADI 1127, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/05/2006, DJe-105 DIVULG 10-06-2010 PUBLIC 11-06-2010 EMENT VOL-02405-01 PP-00040 RTJ VOL-00215- PP-00528)

O trecho grifado da decisão não deixa dúvidas acerca de quem cabe o controle das salas especiais para os advogados, os Tribunais deverão regulamentar o uso dos espaços cedidos à Ordem dos Advogados do Brasil, que ficam sob seu controle.

Assim, por meio da Resolução nº 426/2010, o Supremo Tribunal Federal dispôs sobre a utilização de tais espaços, mediante Termo de Cessão de Uso de Área. Porém, na regulamentação mencionada, não se verifica uma série de imposições como consta na Resolução nº 27/2011 do TJRJ.

Destacam-se, por oportuno, alguns dispositivos que extrapolavam o controle a ser exercido pelo tribunal requerido:

Art. 3º - O acesso à sala dos advogados é permitido mediante apresentação obrigatória dos seguintes documentos de identidade profissional emitidos pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

I – carteira ou cartão de identidade, no caso do advogado;

II – cartão de identidade, se estagiário.

[...]

Art. 6º - É defeso à Ordem dos Advogados do Brasil:

IV – instalar máquina reprográfica, cobrando dos advogados ou estagiários pela cópia fornecida.

Ao impor condicionantes como as grifadas, o TJRJ restava por adentrar em questões que suplantam o controle da sala destinada aos advogados, ocasionando prejuízo na atuação destes e inclusive ao jurisdicionado.

Limitar a entrada, na sala dos advogados, aqueles que possuam inscrição na OAB não parece razoável, e apresenta-se até mesmo descabido. Do modo proposto nenhuma parte poderá adentrar na sala destinada aos advogados, o que se mostra inaceitável.

De igual forma proibir-se a instalação de máquinas fotocopadoras no interior das mencionadas salas, obstaculiza a atuação dos advogados que em todo o país contam com esse tipo de serviço no interior dos fóruns e não traz qualquer lesão ao funcionamento dos fóruns ou afronta à autonomia administrativa dos Tribunais.

Ressalta-se que a atuação profissional dos advogados é indispensável à administração da Justiça, conforme previsão constitucional (art. 133), e, conseqüentemente, não há como aceitar-se que a prestação jurisdicional seja eficiente quando um de seus pilares encontra-se prejudicado.

Contudo, a Resolução TJ/OE nº 27/2011, que era objeto de Procedimento de Controle Administrativo, que nesse Conselho tramitava sob a relatoria do Conselheiro Silvio Rocha, foi alterada pela Resolução nº 35/2011, que restou por revogar os artigos 3º e 9º, assim como alterar a redação do inciso VI, do art. 5º e do art. 6º da Resolução anterior.

Limito-me, pois, a análise do pedido formulado na peça exordial, com o qual pretende a requerente, seja assegurada a ocupação e utilização plena, pela OAB/RJ, de sala a ela destinada no novo Fórum Regional da Leopoldina, Comarca da Capital

Assim, diante de todo o esforço empreendido na solução amigável do conflito apresentado, **julgo procedente o pedido para determinar** ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que promova a imediata entrega de sala no novo Fórum Regional da Leopoldina, Comarca da Capital - RJ, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro, dentro dos moldes estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, na Resolução nº 426/2010, da Resolução nº 35/2011 do TJRJ e nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.906/94.

Brasília, 08 de novembro de 2011.

Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN
Relator